



**LEI ORDINÁRIA N.º 8107, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001.**

**Dispõe sobre alteração na legislação tributária e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, estatui e eu sanciono

a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a remir os créditos tributários, inscritos ou não na dívida ativa do Município, dos imóveis de propriedades:

I - de entidades de práticas desportivas ou entidades consorciadas que tenham participado durante o ano anterior de no mínimo cinco modalidades olímpicas, mediante comprovação da entidade administrativa do desporto na sua respectiva modalidade;

II - de instituição exclusivamente religiosa, cultural, artística e científica, quando utilizadas em seus próprios serviços, desde que não possuam finalidade lucrativa;

III - centros comunitários, associações de classe e organizações não governamentais (ONG'S), quando reconhecidos de utilidade pública pelo Município, desde que o imóvel seja utilizado exclusivamente pela entidade beneficiada e no cumprimento de suas finalidades;

IV - sindicatos e federações, desde que o imóvel seja utilizado exclusivamente pela entidade beneficiada e no cumprimento de suas finalidades;

V - VETADO

**§ 2º** - A presente remissão será aplicada apenas aos exercícios em que ficar comprovada a propriedade dos imóveis pelas referidas entidades relacionadas nos incisos deste artigo.

**§ 3º** - Aplica-se o disposto neste artigo às entidades que vierem a se beneficiar da isenção do IPTU com base no § 3º do art. 1º da Lei n. 7.933, de 29 de dezembro de 1998.

**Art. 2º** - O inciso III, alínea "a" do art. 1º da Lei 7.933 de 29 de dezembro de 1998 com a redação da Lei n. 7.986, de 30 de dezembro de 1999 passa a vigorar com a seguinte redação:

"III -

**a) de entidades de práticas desportivas ou entidades consorciadas que tenham participado no ano anterior de no mínimo cinco modalidades olímpicas, mediante comprovação pela entidade de administração de desporto, de acordo com a respectiva modalidade".**

**Art. 3º** - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias da sua entrada em vigor.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, em 28 de dezembro de 2001.

**EDMILSON BRITO RODRIGUES**  
Prefeito Municipal de Belém